

Ata da sessão extraordinária do
dia 12 de Fevereiro de 1955

Aos doze dias do mês de feverei-
ro do ano de mil novecentos
e cinquenta e cinco às cator-
ze horas teve início a sessão
extraordinária na sala de

sessões da Camara Municipal sob a presidencia do sr vereador Ade-
lmo Corrêa e secretariada pelos
srs vereadores Joaquim Luiz da
Silva e Jayme Rodrigues Lima,
respectivamente 1º e 2º secretario.
O sr presidente solicitou ao sr pri-
meiro secretario que procedesse a
chamada, constando-se a presen-
ça dos srs vereadores Charles Ferrã-
ri, Jonas Mano Marcondes, José Ortiz,
Hosayr Bergamo, havendo núme-
ro legal foi aberta a sessão.
Procedida a leitura da ata e posta
a votacão, não havendo retificacão
a fazer, foi a mesma aprovada.
Iniciada a hora do expediente,
estando em pauta o Projeto de
Lei sobre Código Tributário do Muni-
cipio, de autoria dos senhores vereaa-
dores Joaquim Luiz da Silva, Jonas Mano
Marcondes e José Ortiz, requereu
o nobre vereador Jonas Mano Marcon-
des o regime de urgencia e dis-
pensa de intersticio e sua inclusão
na ordem do dia, alegando que
ja era conhecido de todos os senho-
res vereadores o conteúdo do mesmo
e por se levar em conta também
a necessidade dessa lei aprovada.
Posto a votacão o requerimento foi
o mesmo aprovado por unanimi-
dade. Seguindo os trabalhos tratou

Henry

se sôbre a carta proposta de compra e locação do prédio para a instalação da Prefeitura e Camara Municipal. Pediu a palavra o sr vereador Jonas Mano Marcondes para se retirar do recinto, por se julgar suspeito sôbre o assunto. Sugeriu o sr Presidente que o mesmo podia permanecer no recinto por se tratar apenas de discussão e não votação. A seguir pediu a palavra o sr vereador Joaquim Luiz da Silva que discordou da compra, e ao mesmo tempo se manifestou desfavoravel quanto ao aluguel devido a seu alto preço e referiu-se sôbre isenções que pedia o proponente, segundo seu ponto de vista e dispositivo em lei que era vedado o direito, a isenções. A seguir adiantou mais ainda que sôbre o funcionamento da Camara mesmo em carater provisório estava assegurada, porque a instalação da mesma se dera por um ato oficial no qual prevaleceu a autoridade do meretissimo juiz de Direito. Disse mais ainda que via no caso uma difficil solução por não achar viavel uma contra proposta dado o carater da carta um tanto intransigente. Usou da palavra o vereador

Jonas Mano Marcondes confirmando que de fato o presidente dissera que o preponente não aceitaria uma contra proposta conforme conversa anterior entre ambos; mas que achava a proposta viável quanto aos juros e valorização do prédio que enfim o que ele exigia era natural. Continuando falou o sr vereador Joaquim Luiz da Silva que confirmando o que dissera, achava de fato exagerado, tardando até de um caso inédito nesta cidade, por nunca se ver um aluguel nesse valor. Dizendo por fim que o vereador Jonas Mano Marcondes e outros pares que falassem com o proprietário fazendo uma tentativa para um entendimento no sentido de uma acomodação para o bem de todos.

A seguir falou o sr vereador Charles Ferrari opinando pela construção de um prédio novo e próprio, elevando assim o nível urbano da cidade e estimulando a outros, para que seguissem o exemplo, e aconselhando que se fosse possível, se alugasse o prédio por pouco tempo. Novamente com a palavra o sr vereador Joaquim Luiz da Silva reiterou seus pontos de vista, e advertiu a todos que

Handwritten signature or mark

o caso de aluguel ou a desocupação não era caso fácil, de ser resolvido exigindo portanto estudo e observações com interesse, para resultado satisfatório. A seguir o sr presidente explicou, e apelou a todos para que chegassem a um ponto de vista útil. Frizou o sr presidente que a não comprar, precisaria se alugar pelo menos por prazo curto, até que se construísse ou tome qualquer outra providencia. Exigindo o preponente prazo longo, e preço não convidativo, só por intermedio de novo entendimento, mesmo porque se fazia ^{necessário} dar uma resposta ao preponente pela sua proposta. Com uso da palavra o sr vereador Jayme Rodrigues Lima dizendo que era de opinião que se fizesse uma contra proposta sem qualquer prejuizo das partes, e era de opinião que se construísse. Seguindo com a palavra o vereador Jonas Mano macondes disse que a contra proposta não seria aceita, e que quanto a desocupação imediata não se daria, pois a municipalidade já estava fazendo uso em caracter de emergencia sem qualquer onus para o municipio, pois que

não havia outro mais proprio e de fato não era uma sangria desatada, que caso não viessem a combinar com o preponente tinha ele a certeza que haveria tolerância por parte do proprietário, o senhor seu pai. Ferninandó disse em termos positivos que se declarava contra a compra do prédio sendo favoravel a construção. Em continuação dos trabalhos o sr presidente deixou de por em votação, visto ter parecer favoravel um novo entendimento com o proprietário. Em prosseguimento da hora do expediente o sr secretario leu, digo em prosseguimento aos trabalhos passou-se a ordem do dia. Discutiu-se e votou-se as emendas da Comissão de Economia e Finanças sobre a lei Orçamentaria, parecer este favoravel que lido pelo sr secretario e explicado pelo sr presidente recebeu votação unanime. Em seguida pôs-se em primeira discussão a lei Orçamentaria que não sendo usada a palavra, posta a votação, foi votada unanimente. Segundo os trabalhos passou-se aos projetos que esperavam 2ª discussão, estando em pauta

Alcove

o projeto que dispõe sobre Regimento Interno da Câmara, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade em segunda discussão; após a sua devida impressão será distribuída aos senhores vereadores um exemplar ficando o original arquivado na secretaria da Câmara.

A seguir foi posta em primeira discussão o projeto lei sobre o Código Tributário, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. O requer explicou o sr presidente que de acordo com a vontade da Câmara necessário se tornava que algum dos senhores vereadores requeresse uma sessão extraordinária para segunda discussão e votação da lei Orçamentária e o Código Tributário. Com o uso da palavra o sr vereador Jonas Marques Marcondes disse que se fizesse a sessão extraordinária para aprovação dos referidos projetos que com justo motivo era necessário que se aprovasse em seguida devido o seu retardamento e levando em conta a necessidade de arrecadação de impostos principalmente ao que se refere ao Código Tributário. Posto o requerimento a votação foi apro

vado por unanimidade. Assim sendo não havendo mais nada a tratar foi dada por encerrada a presente sessão. Feita a chamada dos srs vereadores, havendo numero legal, foi declarada aberta a segunda sessão extraordinária do dia, gozando de preferencia tratou-se da Lei Orçamentária que foi discutida e aprovada por unanimidade em segunda discussão. Projeto esse que se encontra arquivado na secretaria desta Camara a disposição para qualquer vistas de quem de direito. Seguindo com os trabalhos foi posta em segunda discussão o projeto Código Tributario, sem uso da palavra foi o mesmo posto a votação, observando-se que deixou o mesmo de receber parecer da comissão competente por ser de autoria desta; sendo o mesmo aprovado por unanimidade em segunda discussão. Deiscando de constar nesta até seu conteúdo por se achar o mesmo arquivado na secretaria desta camara. Assim estando prestes a findar a segunda sessão extraordinária do dia observou o senhor presidente que por um lapso tinha escapado ao andamento dos

19
19

trabalhos um projeto lei sobre criação de quadros de funcionários e respectivos vencimentos. Pediu parecer ao plenário sobre o acontecimento. Requeriu o senhor vereador Jonas Mano Marcondes dizendo que estando o orçamento aprovado e tendo sua verba constituída, justo seria o regime de urgência com dispensa de interstício. Com uma nova sessão extraordinária, em seguida, com objetivo unico de se aprovar, o projeto retardado; mais por uma questão de completação de trabalho. Posto o aludido requerimento a votação foi o mesmo aprovado. Deu o senhor presidente por encerrada a reunião solicitando do senhor secretário que se fizesse uma nova chamada. Constatando-se numero legal, declarou aberta a terceira sessão extraordinária do dia. Posto em discussão o projeto sobre criação de cargos de funcionários e seus respectivos vencimentos foi o mesmo aprovado por unanimidade em primeira e segunda discussões. O referido projeto está arquivado na secretaria, para as devidas vistas a quem de direito. Em continuação aos trabalhos passou-se a hora de explicação pessoal.

Seg uso da palavra o senhor vereador Jonas Mano Marcondes que requereu se consignasse em Data um voto de pesar pelo falecimento de pessoa da familia do sr vereador José da Silva dos Santos e que se oficiasse ao mesmo, observando-se as normas para o caso e que com isso justificava a falta do edil, requerimento esse aceito por unanimidade. Solicitou o sr presidente ao senhor secretario que se oficiasse a familia. A seguir o senhor presidente disse que em vista de acontecimentos, trabalhos prossequidos, etc. sentia-se no dever de explicar ao plenario que de acordo com a convocação ultima feita para uma sessão extraordinaria para o dia 11 às vinte horas e que não fora realizada, explicaria o motivo; que com unico obyetivo de pacificar os entendimentos que no momento se achavam um tanto desincontrados, dado a situação momentanea, motivada pelo excesso de projetos de relevante importancia, resolvera fazer uma reunião em sua propria casa convidando somente os lideres das respectivas bancadas por eles serem os representantes legais, e não

Flóres

se tratando de reunião oficial, somente para estudos, esplanacões, aproximações de ideias. Isso tudo vinha de um modo, de acôrdo com seu pensamento trazer grande adiantamento aos trabalhos da sessão; como de fato foi o efeito que surtiu. Mas, que devido ao atraso da chegada de alguns líderes e o tempo chuvoso, esta reunião particular só teve início às cinco horas da tarde e que tendo as discussões tomado um certo caminho aproveitável, imperioso se tornou que não suspendesse a mesma a hora regimental, da dita sessão convocada. A essa altura o senhor Presidente, ciente das suas responsabilidades, alertou os^{ms} vereadores presentes por esta falta cometida. Responderam os senhores líderes que o senhor presidente se achava diante de seis senhores vereadores que representam $\frac{2}{3}$; e que poderia com a sua permissão prorrogar a sessão para o dia subsequente às 13 horas e que os mesmos assumiriam toda e qualquer responsabilidade quanto aos senhores outros edis. Assim sendo aceitou o senhor presidente. Seguiu-se então a reunião par-

particular que no resumo de seus trabalhos deu origem a uma emenda ao orçamento, oferecida pela nobre comissão de Economia e Finanças, que veio resolver por completo a discussão e votação da lei anual e resultados que muito contribuíram para aprovação do projeto de quadro de funcionários, Regimento interno, proposta de compra de prédio e outros. E que assim ficava então bem explicado o motivo justo e verdadeiro da não realização da reunião convocada para o dia 11, passado. Prosseguindo disse mais ainda o senhor Presidente que trazia ao conhecimento do plenário e dos presentes que devido ao resultado dessa reunião, havia pessoas como o sr. prefeito titular, não em exercício, demonstrado verbalmente seu descontentamento principalmente aos dois itens que diminuiria os vencimentos do fiscal lançador e a verba de ajuda a guarda noturna. Ainda o mesmo insinuava que se tomasse qualquer medida de anulação da referida emenda. Que esta presidência medi-

Flomina

tando mais demoradamente achou que o mesmo ainda tinha uma taloa de salvação, recurso esse por lei que é o direito de veto e que qualquer outra medida não se enquadrava no momento devido o fato de não achar empossado, isto é, dentro de seus direitos legais. Vindo dessa maneira não atender seu pedido o qual lamentava, levando em conta a admiração que tem pela qualidade de sua pessoa, quanto merecimento, honradez e dignidade. Assim terminando encerrou a sessão agradecendo a todos, pela exemplar sessão daquele dia e pedindo a Deus que nos ajudasse sempre e nos desse força para vencer com êxito as nossas obrigações assumidas com o povo ninguém mais fazendo o uso da palavra falou o senhor presidente notificando ao plenário e aos presentes que se achava em andamento um trabalho por parte do chefe do Executivo e o poder Legislativo para o aproveitamento da verba doada pelo Estado para transporte de alunos ao estudo secundário da cidade mais próxima que

tenha ginásio. Sendo já essa
presidência e o senhor vereador
Jonas Mano Marcondes entalado
conversa a respeito do assunto
com o senhor proprietário
da V. A. P. (Viação Aprazível Paulista)
de Monte Aprazível, os quais
disseram que tinham carro
a disposição e assim que se
regulariza-se a situação, corre-
ria um onibus transportando
alunos e passageiros, fazendo
o horário de acôrdo com as
aulas, que seria saída às
onze horas do dia e chegada
as dezessete horas. Nada mais
havendo a tratar e quem
quizesse fazer uso da palavra,
o senhor Presidente declarou
encerrada a presente sessão
que terminou as quinze horas,
e trinta minutos, e da qual,
para tudo constar se lavra
a presente Ata que vai devi-
damente assinada.

Felício Carneiro
João da Silva